

CORPO POLITICO E SOBERANIA: NOTAS A PARTIR DO 'CONTRATO SOCIAL'

André Queiroz de Lucena, Ricardo Monteagudo - Inter-áreas -Filosofia- Curso de Filosofia - Departamento de Filosofia-Faculdade de Filosofia e Ciências-Campus de Marília.

No livro I do *'Contrato Social'*, a par da refutação dos teóricos do direito natural que o predeceram, Rousseau remonta o início da sociedade para uma condição de sobrevivência dos homens frente aos obstáculos naturais, que os impulsionaram a se auxiliarem reciprocamente. Esta necessidade embora ainda esteja atrelada à reminiscência do estado natural expresso no segundo discurso ganha, contudo, maior importância na medida que vinculada aos 'princípios do direito político' é preciso obter um equilíbrio entre as condições de independência e liberdade presentes no estado de natureza, e as exigências originadas na passagem para a sociabilidade; com efeito, dados estes pressupostos como poderemos conciliá-las nesta nova condição estabelecida?

Solucionar este impasse traz consigo, mediante o que estabelecemos, uma questão que se mostra implícita em toda a teoria política rousseauiana: O problema da liberdade. Encontrar uma alternativa que diante da passagem da natureza à civilidade, saiba conciliar esta condição primitiva e essencial (O homem nasce livre, afirma-nos Rousseau no prólogo do *'Contrato'*), será a tarefa pretendida na obra; deste modo, partindo da condição de necessidade que impulsiona à associação, e da exigência de conciliar no meio do coletivo a liberdade particular presente no estado de natureza, é que torna-se necessário a formação do pacto social expresso por Rousseau nos seguintes termos:

'Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo permanecendo assim tão livre quanto antes' (Rousseau, 1999, p.70).

É a partir destes pressupostos que se torna possível vincular, na construção do projeto do contrato, os conceitos de corpo político e soberania; assim, é necessário perceber no que estão condicionados os registros de natureza e civilidade: Aquela definição já foi traçada no discurso sobre a desigualdade, porém, no contrato, ao verificar os ganhos e perdas ocasionadas pela vida social, Rousseau dá-nos a entender que o estado natural, além das características de solipsismo e liberdade irrestrita citados no texto de 1754, configura-se como o espaço do instinto e do apetite. Em outras palavras, a condição Humana naquela condição subordinada à natureza, é a da individualidade e do amoralismo.

Todavia, uma vez que o aumento das dificuldades para a sobrevivência ensejam o estabelecimento de relações entre os homens, que importa a saber, que no lugar daquelas condições estimuladas pelo estado anterior, seja necessário estabelecer regras de convivência, é que se fazem presentes as condições inerentes à vida civil e colocadas nas cláusulas do contrato social:

'Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos cada membro como parte indivisível do todo' (Idem, p.71).

Nota-se que, no lugar do indivíduo considerado apenas em si, passa-se à perspectiva da coletividade, todos precisando colocar-se sob iguais condições para prevalecer o equilíbrio da comunidade; sobretudo, inscritos por força das circunstâncias no seio da associação, é preciso, segundo a expressão rousseauiana, suceder o direito ao apetite, os deveres aos impulsos físicos, a liberdade civil constituída na relação com o outro àquela da natureza (Rousseau, 1999).

Embora o filósofo de Genebra reconheça que os termos e conseqüências firmados pelo pacto não sejam inscritos formais e historicamente, mas apenas admitidos tacitamente na formação da sociedade, aquelas situações implicam uma transformação radical; com efeito, assinala Rousseau, criam um corpo moral e coletivo, na medida em que requerem consonância dos deveres e obrigações, e fundamentam-se pelo coletivo sobre o particular. Sendo admitidas estas asserções o que vem a ser, o corpo político? É o conjunto dos cidadãos que unidos, são instados a se auxiliarem de maneira recíproca, a partir daquela primitiva necessidade e agora necessitam de metas e objetivos comuns.

O alcance deste corpo político nascente, atinge dimensões singulares: Condicionados à justificação do poder, os teóricos do direito natural precedentes a Rousseau colocaram a formação do pacto como pressuposto para a existência de uma autoridade suprema e mediadora, mantenedora da coesão política (Hobbes) e da segurança e conservação do bem público e do Estado (Pufendorf), alicerçados sempre sob o consentimento e submissão dos associados, legitimando por conseguinte, que seja nomeado como soberania, o seu poder supremo de autoridade, força e coerção.

No entanto, formado o corpo político rousseauiano não constituído na verticalidade da relação entre o povo e o governo, mas na perspectiva essencial do conjunto dos associados, como poderá ser refletido o conceito de soberania a partir dos termos fixados pelo contrato? Com efeito, é necessário que uma vez elevados da natureza à moralidade, do subjetivismo para a esfera da lei, seja igualmente preciso encontrar nesta associação, que nega por princípio o domínio de uns sobre os outros, uma instância reguladora que ao mesmo tempo em que se afirme soberana, não perca as características libertadoras e coletivas almejadas.

Constituir a comunidade sob a direção suprema da vontade geral, conforme estabelecido no texto do contrato aponta novos eixos para a concepção de soberania; recordemos que não consta da formulação do pacto a presença de um soberano, mas apenas aquela dos associados contratantes, examinados sob a ótica da coletividade. Do mesmo modo, impulsionados pela vida comunitária a buscarem objetivos comuns conservando sua própria liberdade, revela a inovação acerca daquele conceito de soberania: Assim, colocados pelo interesse geral como eixo da comunidade, qual deve ser o poder soberano senão aquele exercício da vontade geral? Assinala Rousseau:

‘Afirmo pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se e o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo’ (Idem, p.86)

As conseqüências derivadas desse programa têm um alcance amplo; deste modo, aceitas as condições do pacto que engendrou o corpo político, e a vontade geral como poder supremo, como pode doravante ser refletido o aspecto da governabilidade desta associação? A primeira dificuldade diz respeito às objeções levantadas por vários comentadores (Cassirer, 2000, p.15-18), acerca da própria viabilidade daquela associação contratual; assim afirmam, não significará a amplitude da vontade geral e da coletividade a perpetração dum estado permanente de anarquia? Outrossim, como deve ser colocado diante daquele projeto essencialmente comunitário o funcionamento e a existência do governo?

Malgrado a disparidade de intérpretes e ideologias suscitadas pela obra rousseauiana, e as considerações que sua teoria exigem, pode-se anotar duas observações que esclarecem as dificuldades surgidas: A fixação dos termos do pacto pressupõe um compromisso profundo que ao mesmo tempo que se revela individual, atinge um sentido que alcança a coletividade: Deste modo, atentos à necessidade de proteção e convivência, a vontade geral só pode ser válida na medida em que contempla a integração e o interesse de todos os associados. Com efeito, configura-se simulacro daquela soberana vontade uma opinião particular, mas enquanto exprimir o desejo do conjunto dos cidadãos, que segundo o contrato será sempre a busca do bem comum, ela mesma se torna legitimada.

Mas estas considerações ainda deixam para ser desvelada a originalidade da reflexão de Rousseau, quando comparadas àquelas que o precederam: conforme salientado, a teoria política sempre havia condicionado a soberania e a existência dos Estados, num pacto de alienação de cada indivíduo, para a suprema autoridade estatal. A instauração daquela vontade geral soberana altera as condições do direito político: Conquanto, na medida que a comunidade deve ser conduzida pelas condições aceitas pela firmação do pacto, os próprios cidadãos mediante o exercício político se revelam, conforme afirma Salinas fortes (1976, p.79) centro e fonte do poder.

Isto posto, qual deve ser o papel do governo senão aquele de servir como delegado daquela soberania que se revelara igualmente como emanada do povo e expressão do seu interesse? O eco do pensamento político rousseauiano, parece ecoar ainda em nossos dias como dos temas caros às concepções políticas presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROUSSEAU, Coleção *‘Os pensadores’*, Ed.Nova Cultural,São Paulo,SP.1999.
- CASSIRER, Ernst: *‘O problema Jean Jacques Rousseau’*,Ed.Unesp, São Paulo,SP.2000.
- FORTES, Luis Roberto Salinas: *‘Rousseau:Da teoria a prática’*,Ed.Àtica, São Paulo,SP.1976.